



---

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**GEOVANA DA SILVA PAES**

**A HISTORICIDADE DO CURRÍCULO E SUAS  
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL A ESCOLA NOVA**

---

Apucarana  
2020

GEOVANA DA SILVA PAES

**A HISTORICIDADE DO CURRÍCULO E SUAS  
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL A ESCOLA NOVA**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Gabriela da Silva Sacchelli.

Apucarana  
2020

GEOVANA DA SILVA PAES

**A HISTORICIDADE DO CURRÍCULO E SUAS CONTRIBUIÇÕES  
PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: DO PERÍODO  
COLONIAL A ESCOLA NOVA**

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Apucarana – FAP, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, com nota final igual a \_\_\_\_\_, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof  
Faculdade de Apucarana

---

Prof  
Faculdade de Apucarana

---

Prof  
Faculdade de Apucarana

Apucarana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

*Dedico este trabalho ao meu filho  
Erick Zobisch... por ser minha fonte  
de inspiração, e o grande amor da  
minha vida!*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela saúde e sabedoria, por me dar a força necessária para trilhar mais um desafio em minha vida, por ter colocado em meu caminho pessoas tão especiais, com as quais eu aprendi muito!

Agradeço a minha família pelo incentivo e companheirismo em todas as horas, pelo apoio, compreensão e carinho que tem por mim, não foi fácil chegar até aqui, mas com a ajuda de vocês percebi que posso ir muito longe. Esta conquista também é de vocês mãe e pai, pois não tiveram a oportunidade de concluir os estudos, porém não mediram esforços para me dar o que tem de melhor! Vocês são a razão para eu ter chegado até aqui.

Ao meu filho amado Erick por me dar forças para seguir em frente e me ajudar a ser uma pessoa melhor a cada dia, você é o amor da minha vida, está conquista também é para você, foi paciente nestes quatro anos, no qual todas as noites precisei estar longe de você para estudar. Meu filho todo este esforço valeu a pena, saiba que te amo muito, obrigada por iluminar meus dias.

Ao meu namorado Fernando Tomaz, que sempre está ao meu lado me apoiando e inspirando, sendo meu grande admirador e amigo, torcendo pelas minhas conquistas, e me ajudando em tudo que preciso, saiba que te amo e admiro muito.

A professora e orientadora Gabriela da Silva Sacchelli, pelo apoio e motivação na realização deste trabalho, pela paciência nos momentos de orientação, por acreditar que seria possível e me passar a confiança necessária para a realização deste trabalho.

Aos professores do curso que serviram de inspiração para a minha vida, vocês são exemplos e agradeço por ter a oportunidade de aprender com cada um de vocês, e aos amigos do curso, que passaram por muitos desafios ao meu lado, ter vivido momentos tão especiais e ao mesmo tempo desafiadores que nos fizeram crescer e evoluir, principalmente com as minhas queridas amigas Andressa Silva, Maria Caroline, Jéssica Paes e Pollyana Pereira, que estiveram ao meu lado durante toda esta jornada, obrigada por tudo!!

*“O sucesso é o acumulo de pequenos  
esforços, repetidos dia a dia”*

***Robert Collier***

PAES, Geovana da Silva. **A historicidade do currículo e suas contribuições para a formação de professores no Brasil:** do Período Colonial a Escola Nova. 57 p. Trabalho de Curso (Monografia). Graduação em Pedagogia. Faculdade de Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2020.

## RESUMO

A presente pesquisa aborda a importância do currículo no cenário educacional, este que exerce grande influência nas relações sociais, culturais e pensamentos de cada época. Isso acontece pelo fato do currículo ser um instrumento regulador dos conteúdos, definindo os conhecimentos que devem ser aplicados na escola, esta que contribui com a reflexão da realidade no contexto político, social e cultural, possibilitando a construção do pensamento crítico. O objetivo do trabalho é investigar a história e o conceito de currículo em diferentes períodos, sua forma de organização e contribuições para a formação de professores no Brasil partindo do Período Colonial até o movimento da Escola Nova. A escolha do tema se deu pela curiosidade da autora em compreender a importância que o currículo exerce dentro das instituições de ensino, assim como suas mudanças, que variam de acordo com os interesses de cada período, refletindo diretamente no trabalho do professor. A pesquisa foi realizada a partir de fontes bibliográficas, que possibilitaram realizar uma investigação sobre os diferentes currículos, assim como seus objetivos e implicações, este que passou por significativas alterações até se tornar o documento que conhecemos hoje, dando ênfase no processo de formação de professores no Brasil, o que resulta nestas alterações e as mudanças existentes no currículo, sendo este de fundamental compreensão para analisar o ensino em diferentes épocas. O trabalho é de cunho qualitativo, que possibilita responder o objetivo a partir de uma análise de fontes bibliográficas e documentais relacionadas ao tema da formação de professores e os diferentes currículos utilizados nesta formação.

**Palavras-chave:** Currículo. Estruturação. Formação de Professores.

PAES, Geovana da Silva. **The historicity of the curriculum and its contributions to teacher education in Brazil: from the Colonial Period to the New School.** 57 p. Coursework (Monograph). Graduation in Pedagogy. College of Apucarana - FAP. Apucarana-Pr. 2020.

## **ABSTRACT**

This present research addresses the importance of the curriculum in the educational scenario, this one what exerts great influence on the social, cultural relations and thoughts of each era, this is because the curriculum is an instrument that regulates content, defining the knowledge that should be applied at school, which contributes to the reflection of reality in the political, social and cultural context, making it possible the construction of critical thinking. The objective of the work is to investigate the history and the concept of curriculum in different periods, its form of organization and contributions to teacher training in Brazil, from the colonial period to the Escola Nova movement. The choice of the theme it was due to the author's curiosity to understand the importance that the curriculum has within educational institutions, as well as its changes, which vary according to the interests of each period, reflecting directly on the teacher's work. The research was carried out from bibliographic sources, which made possible accomplish an investigation of the different curricula, as well as their objectives and implications, this one that went through significant changes until it became the document we know today, emphasizing the process of teacher training in Brazil, which results in alterations and changes existing in the curriculum, essential to understand the analysis of teaching at different times. The work is of a qualitative nature, which makes it possible to respond to the objective from an analysis of bibliographical and documentary sources related to the theme of teacher training and the different curricula used in this training.

Keywords: Curriculum. Structuring. Teacher training.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema Educacional Aristotélico Durante O Período Helenístico.....	16
Quadro 2 – Divisão das Disciplinas que compunham o Trivium e o Quadrivium.....	18
Quadro 3 – Disciplinas do Curso de Humanidades (estudos inferiores).....	23
Quadro 4 – Currículo Filosófico.....	23
Quadro 5 – Currículo Teológico.....	24
Quadro 6 – O Currículo da Escola Primária de Primeiras Letras: o Método Mútuo...27	
Quadro 7 – Currículo da Instrução Primária do Colégio Abílio.....	29
Quadro 8 – Currículo da Instrução Secundária.....	30
Quadro 9 – Currículo da Escola Normal de Instrução Primária.....	32
Quadro 10 – Reformas Educacionais Durante a Primeira República.....	33
Quadro 11 – Currículo do Ensino Secundário na Proposta de Benjamin Constant...35	
Quadro 12 – Modelo Político Educacional do Manifesto dos Pioneiros.....	42
Quadro 13 – Currículo Para a Formação do Professor Primário.....	44

## LISTA DE SIGLAS

FAP	Faculdade de Apucarana
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>13</b>
<b>3.1</b>	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>13</b>
<b>3.2</b>	<b>Objetivos específicos.....</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
<b>4.1</b>	<b>Fundamentos Históricos do Currículo.....</b>	<b>14</b>
4.1.1	Currículo na Antiguidade.....	15
4.1.2	Currículo Europeu Durante a Idade Média.....	17
4.1.3	Currículo na Modernidade.....	19
<b>4.2</b>	<b>O Currículo no Brasil e suas contribuições para a formação de professores.....</b>	<b>21</b>
4.2.1	A Educação no Brasil Colônia.....	21
4.2.2	Período Pombalino.....	24
4.2.3	Primeira República.....	30
<b>4.3</b>	<b>Mudanças educacionais e o currículo da formação de professores a partir de 1930 a 1961.....</b>	<b>39</b>
4.3.1	Manifesto dos Pioneiros.....	39
4.3.2	Escola Nova.....	43
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>47</b>
<b>5.1</b>	<b>Procedimento da Pesquisa.....</b>	<b>47</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>49</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>8</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da História existiram diversas concepções de currículo, e o estudo deste documento possibilita conhecer as diferentes trajetórias de sua aplicação, tendo em vista que suas mudanças na busca do saber escolar passaram por um processo de luta em diferentes dimensões (SAVIANI, 2003). Mas afinal o que é currículo?

Oliveira (2008), afirma que este termo se caracteriza por um conjunto de experiências que devem ser vividas pelos estudantes, dentro de uma instituição de ensino, possibilitando a interação professor e aluno dentro de aspectos sociais, culturais e históricos, para o desenvolvimento de práticas e saberes.

Para Sacristán (2013), a definição de currículo se resume a “aquilo que o aluno estuda”, serve como partitura para organizar o conhecimento e a forma que ele deve ser passado a diante, sem o mesmo não é possível ter organização, os conhecimentos ficariam desordenados e conseqüentemente existiria uma fragmentação da aprendizagem.

Goodson (1997), completa esta ideia quando afirma que o currículo é um artefato social e histórico que passa por mudanças, construído para alcançar objetivos humanos específicos, se configurando por estruturas e padrões pré-definidos em função do local e nação que este está sendo aplicado.

O currículo é definido como práxis pedagógica, este se relaciona com a educação nos aspectos culturais e sociais, sendo realizado por meio de conteúdos e práticas que são passadas para os alunos de diferentes formas, podendo ou não se utilizar de uma postura crítico-reflexiva na sua formação (SILVA, 2006).

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo investigar a história e o conceito de currículo em diferentes períodos, sua forma de organização e contribuições para a formação de professores no Brasil partindo do Período Colonial até o movimento da Escola Nova.

A escolha deste tema surgiu do interesse da autora em compreender a importância que o currículo exerce dentro das instituições de ensino, assim como suas mudanças, que variam de acordo com os interesses de cada período histórico,

refletindo diretamente no trabalho do professor, que é um membro fundamental na construção da aprendizagem do aluno.

Portanto, a pesquisa abordará em sua primeira seção o conceito de currículo e seu surgimento, conhecendo as características norteadoras e sua função em diferentes momentos. Partindo de sua criação, que se caracterizou como ordem de funções e cargos durante a antiguidade, porém se apresentou para importantes filósofos como uma ferramenta ideal para estruturar o ensino acerca do estudo das artes liberais e da ciência.

Ainda na primeira seção será abordado as mudanças de ideias compostas no currículo durante a Idade Média, que passa a ter como disciplinas norteadoras o Trivium e o Quadrivium, como formação em diferentes instituições e universidades da época, refletindo até a modernidade, um período cercado de mudanças e novas formas de organização escolar, que possibilitará um arranjo mais estruturado para os estudos, tendo como ferramenta o currículo, já sendo utilizado como documento estruturante para os estudos e organização das disciplinas.

A segunda seção discorre sobre o conceito de currículo no Brasil e sua aplicação realizada pelos padres jesuítas durante o século XVI e XVII. Durante o período de colonização o *Ratio Studiorum* se fez presente organizando e sistematizando a educação do país, seguindo com o período pombalino que desmantela esta organização implantando um novo sistema de ensino, que se responsabilizou pela expulsão dos padres jesuítas e em seu lugar prevaleceu as ditas aulas Régias, que se seguiu até 1890, com a divisão da responsabilidade do ensino e uma nova organização, que se estruturou por diferentes reformas educacionais.

A última seção apresenta os currículos presentes na formação de professores e as mudanças educacionais, com o movimento da Escola Nova, a construção do Manifesto dos Pioneiros, a presença da LDB 4.024/61, assim como a Lei Orgânica do Ensino Normal n. 8.530 de 2 de janeiro de 1946, que trouxe um novo modelo de organização para o ensino, que culminou em novas características para a formação de professores.

## **2 PROBLEMA DE PESQUISA**

Como se deu a construção do currículo e suas manifestações nos diferentes períodos históricos? Quais as principais características do currículo na formação de professores no Brasil do Período Colonial até a Escola Nova?

## **3 OBJETIVOS**

### **3.1 Objetivo Geral**

Investigar a história e o conceito de currículo em diferentes períodos, sua forma de organização e contribuições para a formação de professores no Brasil partindo do Período Colonial até o movimento da Escola Nova.

### **3.2 Objetivos Específicos**

- Aprofundar os conhecimentos acerca do surgimento do conceito de currículo.
- Investigar o currículo e sua representatividade em cada período histórico.
- Identificar as principais características do currículo para a formação de professores no Brasil, desde a colonização até o movimento escolanovista.
- Apresentar os diferentes currículos para a formação de professores no Brasil do Período Colonial até a Escola Nova.

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1 Fundamentos Históricos do Currículo

A palavra currículo se apresenta de diferentes formas dependendo do contexto no qual está inserido, suas mudanças ocorrem pela influência de diferentes métodos e teorias que surgiram historicamente, sendo facilmente manipulado para atender as necessidades de cada período (MOREIRA; CANDAU, 2007).

Este possui uma vertente educacional, na qual tem por responsabilidade planejar o que deve ser ensinado para o aluno em cada etapa escolar, modulando o que deve ser visto em cada disciplina, e influenciando nas relações sociais dentro do ambiente escolar (MOREIRA; CANDAU, 2007).

Para Sacristán (2013), o currículo se apresenta como um documento norteador dos conteúdos que está presente em vários momentos históricos, e tem se mostrado como uma importante ferramenta para a organização dos saberes, este se aplica de várias formas e apresenta diferentes contextos dependendo da época de sua implementação.

O conceito de currículo surgiu na Antiguidade, e se aplicou para aqueles que possuíam “honras”, ou seja, um acúmulo de cargos importantes no meio político, e com a necessidade de especificar uma ordem eletiva dessas funções, para uma melhor organização e entendimento de tais cargos, utilizaram-se deste termo para denominar e assentar tais funções (SACRISTÁN, 2013).

Durante este período o currículo era caracterizado como um caminho a percorrer, este caminho para Sacristán (2013), representava uma carreira com as respectivas fases de seu processo, visto como saberes que deveriam ser ensinados de forma completa e já sistematizada, englobando os conhecimentos tidos como primordiais na formação de um sujeito pensante.

Bamham menciona que é natural do ser humano a busca pelo saber e este pode ser aprimorado de diversas formas contando com as várias áreas do conhecimento existentes, a autora define este processo como “a interminável busca do homem pela compreensão de mundo” (BAMHAM, 1993, p.1).

Sacristán (2013), disserta que o currículo em nosso idioma pode assumir dois sentidos: um deles é o percurso que uma pessoa faz durante a vida profissional,

com suas conquistas e triunfos durante o caminho, este também é denominado como currículo vitae.

O outro viés que o currículo apresenta se refere a educação, que tem como responsabilidade organizar as teorias para os estudantes por etapas a serem cumpridas, para Sacristán (2013), seu papel está em organizar o conhecimento para que este seja melhor aplicado para os alunos.

Os primeiros registros que citam o currículo sendo utilizado como documento para fins educacionais datam do século XVI, tais registros citam o currículo sendo aplicado de forma a estruturar o ensino, o conceito de sequência, terminalidade, completude e integralidade, transmitia a necessidade e importância do conhecimento e a potencialidade reguladora que ele exercia (SILVA, 2006).

Sacristán (2013), salienta que atualmente este se apresenta como uma ordem de conteúdos existentes na instituição de ensino, dos quais os alunos devem se aprimorar no decorrer de sua vida escolar, sendo um regulador dos conhecimentos do tempo e duração desses estudos, caracterizando os mesmos de acordo com a idade e nível do estudante.

Saviani (2003), completa esta ideia quando afirma que o tempo desses estudos devem considerar as diferentes experiências, proporcionando diferentes oportunidades para identificar o que o aluno consegue fazer sozinho, e o que necessita de assistência pedagógica.

#### 4.1.1 Currículo na Antiguidade

Para compreender a importância que o currículo exerce na atualidade, é necessário investigar como este se apresentou de maneira eficaz em um período marcado por conquistas de novos territórios, com um povo de cultura visionária que já enxergava a educação como uma forma de agregar valores e virtudes morais básicas aos homens (ALEXANDRE JÚNIOR, 1995).

O povo grego de acordo com Alexandre Júnior (1995), com suas conquistas foram capazes de difundir sua cultura por diversas regiões do mundo, este feito fez com que esta mudasse de forma abrupta, tendo como novo ideal o Helenismo.

A cultura Helenística se espalhou cada vez mais e esteve viva por



aproximadamente oito séculos, as crianças helenas eram mandadas para a escola para frequentarem pelo menos o ensino fundamental, que é como denominamos hoje, esta ideia também se espalhou por diversas regiões, também podendo ser vista durante o Antigo Egito (ALEXANDRE JÚNIOR, 1995).

Nesta época, segundo Alexandre Júnior (1995), alguns filósofos se destacaram na educação, sendo eles: Platão, Isócrates e Aristóteles. Platão durante este período já acreditava que a educação deveria ser pública e para todos, já que esta pode formar o caráter humano e moldá-lo conforme sua necessidade (ALEXANDRE JÚNIOR, 1995).

Isócrates defendia o princípio de conduta que refletia em contribuições para a comunidade, e que somente a educação poderia proporcionar estes valores, principalmente na utilização da virtude da palavra, que quando bem utilizada é capaz de influenciar o outro e a nós mesmos, utilizando-se do pensamento, razão, sentimento, imaginação, enfim, formas de elevar a si mesmo e ao outro (ALEXANDRE JÚNIOR, 1995).

Mas, quem se destacou criando um modelo educacional composto por disciplinas foi Aristóteles, de acordo com Alexandre Júnior (1995), ele foi o primeiro a criar uma organização didática de conteúdos aperfeiçoando e desenvolvendo as artes liberais e a ciência. Seu modelo apresentava:

**Quadro 1 – Esquema Educacional Aristotélico Durante O Período Helenístico**

<b>Categoria</b>	<b>Disciplinas</b>
Ciências Teóricas	Matemática, Física e Teologia
Artes Práticas	Ética e Política
Artes Produtivas	Humanidades, Belas-Artes e Medicina
Métodos ou instrumentos de trabalho	Aplicada a todas as Áreas de Estudo

Fonte: Autora do trabalho (2020).

Os alunos também estudavam retórica nas escolas para assim prosseguir ao ensino superior, “esses sugestivos modelos de articulação linguística e literária não só faziam germinar na alma dos alunos as primeiras sementes da sua sensibilidade

artística, como também os ajudavam a inculcar no seu espírito as tão celebradas virtudes da justiça, da coragem, da prudência e da temperança” (ALEXANDRE JÚNIOR, 1995, p.497).

Desta forma, é possível ver o quanto a educação foi importante neste período, para os helenos esta formava o aluno de forma integral, investindo em conceitos de moral e justiça, sendo este o verdadeiro fundamento para uma pedagogia de sucesso na época (ALEXANDRE JÚNIOR, 1995).

#### 4.1.2 Currículo Europeu Durante a Idade Média.

Posteriormente a superação das civilizações antigas e seu conceito de currículo como posição política, surge o período medieval ou também conhecido como Idade Média. Com o declínio do Império Romano e a tomada de Constantinopla, a população migrou para o campo, este feito passou a modular um novo contexto social, conhecido como feudalismo (NUNES, 1979).

A educação e o acesso aos estudos não eram para todos, apenas os homens nobres tinham acesso as escolas e universidades, aqueles que não tinham posses passavam a vida sem aprender a ler e a escrever (NUNES, 1979).

A sociedade deste período era estamental (dividida por grupos), ou seja, quando se nascia em determinada condição social não era possível mudá-la, portanto se alguém nascia camponês morreria camponês mesmo que se casasse com um nobre, não tendo assim o acesso há educação, e se fosse mulher mesmo nascendo nobre não possuía direito nenhum sendo igualmente negado o acesso ao conhecimento (NUNES, 1979).

A educação agia com o intuito de aumentar a sabedoria para que assim o homem pudesse alcançar a felicidade, a transmissão dos conhecimentos acontecia por meio de técnicas passadas de uns para os outros, sendo que os temas para debates se baseavam em ética e política; das crianças eram cobrados leitura, escrita e contas (COSTA, 2003).

Este período foi fortemente influenciado pela Igreja Católica que estava presente em diferentes vertentes da vida social das pessoas, e desta forma, seu poder também passou a ser refletido nos ideais de educação, tendo como referência

currículos construídos por filósofos de grande relevância para a humanidade (NUNES,1979).

Costa (2003), descreve que o currículo escolar medieval pode ser visto na obra *O Casamento da Filosofia e Mercúrio*, escrita por Marciano Capela no ano 410-427, se baseando nas artes liberais este currículo estava estruturado pelas seguintes disciplinas: Gramática, Retórica, Dialética, Aritmética, Geometria, Astronomia e Harmonia, o autor deixou de incluir Medicina e Arquitetura porque em sua visão estas se tratavam de modalidades terrestres, as quais não possuíam proximidade com o céu.

Outra forma de organização que possuiu influência dos estudos desenvolvidos por Platão, são os modelos educacionais que nos dias de hoje são conhecidos como Trivium e Quadrivium, este pode mostrar a distinção das disciplinas presentes nestas duas vertentes e como estas eram divididas entre teoria e prática (SAVIANI, 2008).

#### **Quadro 2 – Divisão das Disciplinas que compunham o Trivium e o Quadrivium**

<b>TRIVIUM</b>	Matemática; Retórica; Dialética
<b>QUADRIVIUM</b>	Música; Astronomia; Aritmética e Geometria

Fonte: Autora do trabalho (2020).

O Trivium que se encarregavam da parte mais teórica dos conteúdos, composta por três seguimentos, estas foram as principais e mais estudadas disciplinas deste período, a parte prática ficava sobre o encargo das disciplinas conhecidas por Quadrivium, estas eram as áreas que estruturavam o currículo na época, já se caracterizando como um conjunto de disciplinas, sendo responsável pela organização didática dos conteúdos dentro das universidades existentes naquele período (SACRISTÁN, 2013).

Tais disciplinas eram ministradas de acordo com os moldes da Igreja Católica, que representava a maior relação de poder daquela época, porém o ensino não se pautava apenas nesses moldes, o currículo deste período apresentava debates no campo da Filosofia, esta que permitia uma reflexão sobre a ciência e sua complexidade (NUNES, 1979).

Os estudos aconteciam sem uma forma de organização, se misturavam pessoas de várias idades, e as aulas eram quase sempre repetitivas se baseando na família, podendo ser patriarcal ou nuclear, Formigoni (2010), afirma que só existiram mudanças a partir da modernidade.

Mesmo após as invasões bárbaras terem dispersado a educação romana, a sua presença prevaleceu, houveram escolas paroquiais que objetivavam a formação do clero, mas também formavam alunos que não tinham a intenção de se tornar padres, mas que futuramente iriam constituir uma família (NUNES,1979).

A Igreja Católica passou a ter como responsabilidade ministrar um ensino público e de qualidade em paróquias do campo ou da cidade, desta forma a Igreja se tornou a principal fonte de conhecimento daquele período (NUNES,1979).

Durante a história medieval é possível observar que o desenvolvimento do sujeito se baseava em um ideal clássico de formação da personalidade, que fora pautada nos ensinamentos e lições passadas por Jesus Cristo que procurava a felicidade eterna através de seus ensinamentos e do evangelho, com o intuito de alcançar um cidadão virtuoso, obediente aos mandamentos de Deus (NUNES,1979).

Formigoni (2010) menciona que as crianças da época eram pouco valorizadas, tendo como justificativa o grande índice de mortalidade infantil existente, sendo comparadas até mesmo com animais, de pouco valor e muito vulneráveis.

Para as que sobreviviam não existia nenhuma distinção entre elas e os adultos, eram consideradas adultos em miniatura, se vestindo da mesma forma, convivendo com os maiores e cultivando os mesmos hábitos, sem possuir nenhum tipo de cuidado especial, inclusive os brinquedos eram parecidos com bens que adultos possuíam (FORMIGONI, 2010).

#### 4.1.3 Currículo na Modernidade

O fim da Idade Média se deu por volta do século XV e em seu lugar a Idade Moderna prevaleceu “marcado pelo seu caráter revolucionário em relação a costumes, princípios, valores, de ordens econômica, política, social e cultural vigentes no momento anterior, a Idade Média” (FORMIGONI, 2010, p.139).

Formigoni (2010), afirma que este período trouxe uma mudança nas

relações sociais existentes até então, trazendo novos conceitos para a formação do homem e a educação do mesmo, isso se deu por:

[...] ruptura com a sociedade de ordens, que barrava as liberdades individuais; a laicização política, econômica e cultural, proporcionando a formação dos Estados Nacionais, a abertura do comércio, a valorização da autonomia e da capacidade humana (antropocentrismo); as descobertas geográficas; o desenvolvimento das cidades; o surgimento de uma nova classe, a burguesia; e, como consequência, promove uma revolução na pedagogia e na educação (FORMIGONI, 2010, p.139).

As mudanças existentes neste período, traz uma responsabilidade com a formação do indivíduo de forma a educá-lo com princípios e ideais de liberdade, deixando para trás os moldes e dogmas religiosos, e apresentando ao mesmo tempo, novas formas de ver e compreender o mundo a sua volta (FORMIGONI, 2010).

Para Formigoni (2010) isso se faz pela nova formação social e o contexto de vida presente a partir daquele momento, com a formação de uma nova classe social, a burguesia, esta que ditaria o controle social e econômico deste período.

A educação mais especificamente no século XV atendia a meninos já na infância, porém não havia uma separação destes por idades, estando todos juntos na mesma turma, e assim prevaleceu por alguns anos, neste período as crianças passam a ser vistas como um ser em desenvolvimento e não mais como um adulto em miniatura (FORMIGONI, 2010).

Com o aumento desses alunos na escola viu-se a necessidade de dividi-los e classificar o seu nível de aprendizagem para assim separá-los por graus, Sacristán (2013) enfatiza que dessa forma o currículo se apresentou de maneira eficiente, trazendo sentido para o que estava sendo ensinado, os conteúdos passaram a ser divididos pela sua complexidade, sendo estes ministrados de forma coesa com o nível de aprendizagem do aluno.

Portanto, o currículo teve como responsabilidade o sucesso do ensino e da aprendizagem, estes que andam juntos na construção dos saberes. No que se refere ao ensino ficava ao seu encargo a organização do mesmo, orientando o trabalho do professor delineando um caminho a percorrer com o aluno (SACRISTÁN, 2013).

A modernidade trouxe um novo ideal de educação e de família, tal reflexo partiu da mudança que ocorreu no Estado deste período, sua organização passou a ser voltada para a racionalização e institucionalização, que atingiram o comportamento do homem e seus costumes, etiqueta e prioridades, isso permitiu que o Estado se estruturasse para oferecer ordem e disciplina, surgindo novas instituições como escolas, hospitais, asilos e um novo modelo de família (FORMIGONI, 2010).

As escolas da modernidade passaram a diferenciar as classes com relação a idade dos estudantes, estes possuíam salas separadas e professores distintos, porém esta separação não era tão precisa, as separações eram entre alunos de 10 a 14 anos, 15 a 18 anos e 19 a 25 anos dividindo uma mesma turma (FOMIGONI, 2010).

Segundo Oliveira (2008), nesta fase o currículo se representou como um sistema fechado, no qual, a troca entre professor e aluno era de energia e não de matéria, impossibilitando uma transformação de conhecimentos, Sousa (2012) completa que as salas eram organizadas de forma que os alunos não pudessem se comunicar uns com os outros, com carteiras enfileiradas, seguindo o modelo fabril da época, que fornecia um aumento da produtividade.

Portanto, conclui-se que “[...] o conhecimento científico moderno assume, desta forma, uma dimensão funcional e utilitária que buscava não tanto compreender a essência da natureza do homem e das coisas, mas conhecê-la para dominar e transformar” para que desta forma o homem pudesse chegar a um ideal de evolução, perfeição e felicidade (SOUSA, 2012, p.15).

## **4.2 O currículo no Brasil e suas contribuições para a formação de professores**

### **4.2.1 A Educação no Brasil Colônia**

A educação no Brasil durante o século XVI se deu juntamente com a chegada dos portugueses e os padres jesuítas, que trouxeram uma pedagogia tradicional pautada no *Ratio Studiorum*, este era definido como um plano de estudos que ordenava o que deveria ser ensinado pelos padres nos Colégios Jesuítas (FRANCA, 2000).

Este modelo de instrução adotado pela Igreja, possuía características a respeito dos métodos de ensino, regras e diretrizes presentes na educação dos jesuítas, que eram importantes para a Igreja na tentativa de evangelização de novos povos, este se caracterizava por:

O *Ratio Studiorum* preceitua a formação intelectual clássica estreitamente vinculada à formação moral embasada nas virtudes evangélicas, nos bons costumes e hábitos saudáveis, explicitando detalhadamente as modalidades curriculares; o processo de admissão, acompanhamento do progresso e a promoção dos alunos; métodos de ensino e de aprendizagem; condutas e posturas respeitadas dos professores e alunos; os textos indicados a estudo; a variedade dos exercícios e atividades escolares; a frequência e seriedade dos exercícios religiosos; a hierarquia organizacional; as subordinações... (FRANCA, 2000, p.155).

Para Toyshima, Montagnoli e Costa (2012), esse conjunto de 467 regras e métodos adotado por este documento visava a formação humanística, crítica e científica do homem, já que o objetivo era desenvolver um cidadão que soubesse pensar de forma que alcançasse um ideal virtuoso em sua formação.

De acordo com Franca (2000), o pilar deste processo de estudos era a Igreja e sua religiosidade, que elaborou o ensino de tal forma, que este atendia as necessidades mais íntimas de uma conduta educacional bem organizada, que não havia possibilidade de questionamentos acerca da fé, na qual o ensino era pautado.

O *Ratio Studiorum* se apresentou como currículo dominante no Brasil, sendo muito bem esquematizado para atender os interesses da Igreja, possuía uma estrutura eficiente no ensino de outros idiomas, como o Latim, possibilitando aos alunos o estudo de “autores clássicos, manejo das normas gramaticais e auxiliava no domínio das línguas pátrias”, possibilitando um conhecimento bem estruturado e pautado em grandes autores (FRANCA, 2000, p.155).

O processo de ensino contava com diferentes exercícios para a fixação dos saberes, Franca (2000), salienta que fazia parte desses exercícios a “integralizavam os trabalhos em aula exercícios complementares, teatro, discursos, declamações, academias, pregações no refeitório, premiações...” (p.155).

Saviani (2008), enfatiza que o plano de estudos do *Ratio Studiorum* era de caráter universalista e elitista. Este plano era universal por estar presente em vários lugares sendo adotado por todos os padres jesuítas, independente de onde este

residia, e elitista por ter sido revertido para a escolarização da elite colonial, deixando os indígenas a margem deste processo.

O currículo era aplicado no Brasil Colônia em seis ou sete anos de estudo e correspondia ao atual ensino médio, sendo que a base do ensino da disciplina de gramática se parecia com o Trivium muito utilizado na Idade Média, desta forma o currículo se dividiu em cinco classes de disciplinas (SAVIANI, 2008):

**Quadro 3 – Disciplinas do Curso de Humanidades (estudos inferiores)**

<b>Retórica</b>	Uma série
<b>Humanidades</b>	Uma série
<b>Gramática</b>	Superior Média (A, B) Inferior (A, B)

Fonte: Autora do trabalho (2020).

Saviani (2008), afirma que a disciplina de Retórica era utilizada para ensinar os alunos a ter uma expressão poderosa e convincente, já a disciplina de Humanidades que também pode ser denominada por Dialética tinha como objetivo ensinar o aluno a ter uma postura rica e elegante.

Os estudos do Grego e do Latim também eram disciplinas dominantes “a elas subordinavam-se a Língua Vernácula, a História e a Geografia, ensinadas na leitura” (SAVIANI, 2008, p. 57). O curso de Humanidade ou “estudos inferiores” davam continuidade com a formação chamada de “superior” que se estendia com as disciplinas de Filosofia com duração de três anos (SAVIANI, 2008):

**Quadro 4 – Currículo Filosófico:**

<b>1º ANO</b>	Lógica e Introdução às Ciências;
<b>2º ANO</b>	Cosmologia, Psicologia, Física e Matemática;
<b>3º ANO</b>	Psicologia, Metafísica e Filosofia;

Fonte: Autora do trabalho (2020).



E teologia com duração de quatro anos que se limitava a formação de padres catequistas, e se dividia (SAVIANI, 2008):

**Quadro 5 – Currículo Teológico:**

<b>Teologia Escolástica</b>	<b>Nos 4 anos de curso</b>
<b>Teologia Moral</b>	Duração de 2 anos de curso
<b>Sagrada Escritura</b>	Duração de 2 anos de curso
<b>Língua Hebraica</b>	Em 1 ano de curso

Fonte: Autora do trabalho (2020).

É notável que tudo o que tinha de valor, em pesquisas científicas era levado em consideração na construção do mesmo, se fazendo assim este método pedagógico o primeiro e mais bem estruturado sistema de ensino católico, que muito contribuiu para a formação didática de ensino no Brasil. Este prevaleceu até o ano de 1759 com a expulsão dos padres jesuítas seguindo pela reforma educacional proposta por Marquês de Pombal (SAVIANI, 2008).

#### 4.2.2 Período Pombalino

A Reforma Pombalina veio com um ideal revolucionário com o foco na política de expansão de Portugal, que tinha como objetivo aumentar o seu poder econômico em relação a Inglaterra, o que ocasionou maior exploração de riquezas na colônia e conseqüentemente trouxe outros moldes para a educação no Brasil (SECO; AMARAL, 2006).

As mudanças presentes na questão educacional após a saída dos jesuítas culminaram na destruição do primeiro e até então único sistema educacional do país, dando lugar para as aulas Régias “aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas”; (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006, p. 470); que objetivava o ensino do Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam contemplar o que era estudado no período jesuítico (SECO; AMARAL,

2006).

Seco e Amaral (2006), apontam que esta mudança não conseguiu atender a toda a população que antes era acolhida pelos colégios jesuítas, o que consequentemente resultou na estagnação da educação brasileira, surgindo a necessidade de tomar providências para mudar este cenário no país.

A solução veio no ano de 1772, pelo investimento do chamado “subsídio literário” que propiciou a compra de livros, pagamento para professores, construção de museus e estabelecimentos para a formação de docentes (SECO; AMARAL, 2006).

O sistema educacional, portanto, passou a ter um aumento de aulas Régias, mas estas ainda eram mal articuladas e eram ministradas por professores leigos e sem experiência, como consequência o ensino se tornou inadequado, orientado com saberes fragmentados, tudo por falta de mais recursos e pela inexistência de um currículo a ser seguido (SECO; AMARAL, 2006).

Em contrapartida os sacerdotes continuaram a oferecer uma formação escolar, esta seguia os princípios pedagógicos dos jesuítas, mas sem poder contemplar algumas esferas de conhecimento, a formação de ciências naturais foi uma delas (SECO; AMARAL, 2006).

A mudança educacional instituída por Marquês de Pombal, já apresentava indícios do que seria a educação no país no próximo século, o rompimento com o ensino nos moldes religiosos para que em seu lugar a educação passasse a ser laica e com a finalidade:

[...] em lugar de um ensino puramente literário, clássico, o desenvolvimento do ensino científico que começa a fazer lentamente seus progressos ao lado da educação literária, preponderante em todas as escolas; em lugar da exclusividade de ensino de latim e do português, a penetração progressiva das línguas vivas e literaturas modernas (francesa e inglesa); e, afinal, a ramificação de tendências que, se não chegam a determinar a ruptura de unidade de pensamento, abrem o campo aos primeiros choques entre as ideias antigas, corporificadas no ensino jesuítico, e a nova corrente de pensamento pedagógico, influenciada pelas ideias dos enciclopedistas franceses, vitoriosos, depois de 1789, na obra escolar da Revolução (AZEVEDO, 1976 apud MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006 p. 470).

Maciel e Shigunov Neto (2006) apontam que essas mudanças passaram a

ser necessárias a partir do século XVIII, o público das escolas já não era mais o mesmo, a formação deveria acontecer de forma que atendessem os ideais daquele período, sendo este pautado no iluminismo um ensino voltado para as ciências, ao desenvolvimento humano com uma formação escolar.

Este modelo deixou de contemplar os estudos de História e Geografia, estando em consonância com o ensino mútuo que objetivava o atendimento de um grande número de alunos, gastando pouco para isso (SAVIANI, 2008).

Este novo homem era o sujeito pré-capitalista, desta forma as escolas passaram a ser de responsabilidade do poder público, portanto viu-se a necessidade de professores com preparo pedagógico para atender a clientela que aumentava cada vez mais com a imigração crescente na colônia (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006).

As consequências desta mudança educacional no Brasil foram bem sérias, já que a destruição da organização das escolas jesuítas cederam lugar a um modelo escolar falho que levou em média dezessete anos para ser de fato sistematizado, o atraso foi muito grande, portanto essas mudanças apenas prejudicaram o desenvolvimento educacional no Brasil, afirmam Maciel e Shigunov Neto (2006).

A necessidade de uma organização educacional neste período era grande, portanto, “nos séculos XVI e XVII, o currículo se transformou em uma invenção decisiva para estruturação do que hoje é a escolaridade e de como a entendemos” (SACRISTÁN, 2013, p.18).

Na tentativa de significar estes conhecimentos o currículo passou a desempenhar um papel mais específico, tendo como definição:

[...] seleção, sequência e dosagem de conteúdos da cultura a serem desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem. Compreende conhecimentos, ideias, hábitos, valores, convicções, técnicas, recursos, artefatos, procedimentos, símbolos etc... dispostos em conjuntos de matérias/disciplinas escolares e respectivos programas, com indicações de atividades/experiências para sua consolidação e avaliação (SAVIANI, 2003, p.1-2).

A autora reforça que o currículo passou por várias mudanças no decorrer dos séculos e que este se aplicou como um instrumento de mediação e afinidade dos conteúdos, tendo relação com tudo que acontece na escola, no âmbito pedagógico, de métodos e práticas, a didática, procedimentos, técnicas, recursos

empregados pelo professor quando se relaciona com os conteúdos que devem ser ministrados e a forma que esses serão avaliados (SAVIANI, 2003).

Segundo Saviani (2003), a organização curricular:

[...] consiste, portanto, no conjunto de atividades desenvolvidas pela escola, na distribuição das disciplinas/áreas de estudo (as matérias, ou componentes curriculares), por série, grau, nível, modalidade de ensino e respectiva carga-horária – aquilo que se convencionou chamar de “grade curricular” (SAVIANI, 2003, p.2).

Segundo Saviani (2008), o modelo curricular adotado neste momento para atender a formação de professores, se deu por influência do método Mútuo, que buscou o preparo dos professores para atuar nas escolas de setor primário, se organizando da seguinte forma:

**Quadro 6 – O Currículo da Escola Primária de Primeiras Letras: O Método Mútuo.**

<b>Conteúdo Curricular Fundamental da Escola Primária</b>
Leitura
Escrita
Gramática da Língua Nacional
Quatro operações matemáticas
Noções de Geometria

Fonte: Autora do trabalho (2020).

É inegável a importância que este documento tem dentro das relações de ensino aprendizagem e suas contribuições para facilitar este processo. Em meados do século XIX, a questão educacional passou a ter um protagonismo nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, isto se deu pela transformação social e cultural do homem (SOUZA, 2000).

A autora enfatiza que o contexto de vida era outro, este já se pautava no sistema capitalista, um modelo que necessitava de cidadãos pensantes, e capacitados para atuação no mercado de trabalho visando o desenvolvimento do

país (SOUZA, 2000).

O objetivo maior dos homens desse período era aprender uma profissão para poder fazer parte do mercado de trabalho. A função da escola, portanto, era preparar esses homens a fim de que fossem úteis e tivessem as características necessárias ao manuseio das novas tecnologias incorporadas aos processos de produção. (SILVA; GASPARIN, 2009, p.11).

Esta nova sociedade surgiu com a influência da revolução industrial, esta aconteceu na Inglaterra por volta do século XVIII, e rompeu de vez com o sistema feudal ainda existente, que predominava durante a Idade Média, com seu rompimento tornou-se oficial o sistema capitalista (SILVA; GASPARIN, 2009).

A revolução proporcionou a inovação da indústria têxtil, que possuíam maquinários para uma produção em alta escala, visando atender a clientela de diversos países, uma novidade do período em relação as máquinas era “[...] a máquina de fiar, o tear hidráulico e o tear mecânico que passaram a ter maior capacidade quando foram acoplados à máquina a vapor. Com a gradativa sofisticação das máquinas houve aumento da produção e geração de capitais que eram reaplicados em novas máquinas” (SILVA; GASPARIN, 2009, p.3).

O surgimento da mecanização industrial operou significativas transformações em quase todos os setores da vida humana. Na estrutura socioeconômica, fez-se a separação definitiva entre o capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, representado pelos assalariados, eliminando-se a antiga organização corporativa da produção, utilizada pelos artesãos (SILVA; GASPARIN, 2009, p.04).

Este sistema exigia o máximo do trabalhador que tinha como fonte de trabalho a força braçal, sendo explorada ao máximo, com uma carga horária extensa, que exigia muito dos operários que passaram a servir exclusivamente a esse sistema (SILVA; GASPARIN, 2009).

Silva e Gasparin (2009), versam que no Brasil a revolução industrial se desenvolveu de forma diferente, esta não possuía as máquinas, mas sim a exploração da mão de obra escrava desde a colonização, iniciou-se com os índios, e perpassou pelos anos com a exploração dos povos africanos que foram trazidos para a colônia. A construção da economia brasileira se fez por diferentes matérias primas, como pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro e o café, todas necessitavam de trabalho braçal para serem extraídas.

A questão educacional no Brasil ainda era desorganizada, e acessível para poucos, com a chegada da família real em 1808, o ensino prosseguiu embasado nas aulas régias, mas agora com a criação de cursos que atenderiam as necessidades da elite portuguesa (SILVA; GASPARIN, 2009).

Na segunda metade do século XIX começaram a existir algumas mudanças no setor educacional, que sofreram influência de fatores históricos como a independência do Brasil e abolição da escravidão, essas mudanças se deram:

[...] escolas técnicas de comércio, de agricultura e também o Liceu de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro e os Liceus Provinciais que atendiam a instrução do ensino secundário. O trabalho no país ainda era escravo e a educação descentralizada. Com a libertação dos escravos, em 1888, e com a proclamação da República, em 1889, o ensino tornou-se ainda mais descentralizado. Ao Estado coube a responsabilidade pelo ensino superior e às províncias, pelos primário e secundário. Neste momento a escola era pública, laica, universal e gratuita (SILVA; GASPARIN, 2009, p.5).

Em 1880, inaugurou no Brasil o Colégio Abílio, que trouxe como referência um modelo educacional da Europa, este foi fundado no Rio de Janeiro tendo como precursor Abílio César Borges que organizou os estudos em duas sessões: instrução primária e secundária (SAVIANI, 2008). A instrução primária tinha a duração de três anos e ofertava as seguintes disciplinas:

**Quadro 7 – Currículo da Instrução Primária do Colégio Abílio**

<b>1º</b>	Leitura; aritmética; catecismo; geografia; história santa; lições sobre coisas; prática da língua francesa; desenho e caligrafia; dança e ginástica e música vocal;
<b>2º</b>	Leitura; caligrafia; ortografia; aritmética; catecismo; geografia; história santa e do Brasil; prática da língua francesa, lições sobre coisas; gramática portuguesa; música vocal; desenho; dança; ginástica e natação;
<b>3º</b>	Leitura; caligrafia; ortografia; aritmética; catecismo; sistema decimal de pesos e medidas; geografia; cosmografia; história santa e do Brasil; história natural; gramática portuguesa; lições sobre as coisas; prática da língua francesa; música vocal; desenho; dança, ginástica e natação.

Fonte: Autora do trabalho (2020).

Desta forma, os meninos saíam da escola primária com parte dos conhecimentos existentes no ensino secundário, com boa ortografia, e noções sobre conteúdos que seriam aplicados na etapa posterior, com mais exigências e maior

tempo de estudos (SAVIANI, 2008).

O ensino da instrução secundária era organizado em sete anos de estudos que se tornou formação obrigatória para o ingresso a faculdades do Império, esta estava organizada da seguinte forma (SAVIANI, 2008):

**Quadro 8 – Currículo da Instrução Secundária**

<b>1º</b>	Latim; francês teórico; francês prático; inglês; geografia física e cosmografia; história geral; religião; gramática portuguesa; curso prático de aritmética; desenho dança; música vocal; ginástica e natação;
<b>2º</b>	Latim; francês; inglês; geografia e cosmologia; história geral; língua portuguesa; curso prático de aritmética; religião; desenho; música; dança; ginástica e natação;
<b>3º</b>	Latim; inglês; inglês e francês (aulas práticas); geografia física e política; história antiga; cosmografia; história geral; língua portuguesa; curso prático de aritmética; religião; desenho; música; dança; ginástica e natação;
<b>4º</b>	Latim; francês; inglês; geografia física e política, língua portuguesa; religião, alemão (opcional); curso prático de aritmética; música; dança; ginástica e natação;
<b>5º</b>	Aritmética (curso especial superior); francês inglês, história da idade média; língua portuguesa; religião; alemão; ciências; desenho; música e dança;
<b>6º</b>	Álgebra, aritmética; filosofia; história moderna e contemporânea, francês e inglês; noções de química, física e história natural; retórica; religião; alemão; desenho; dança; música e ginástica.
<b>7º</b>	Geometria; trigonometria; filosofia; francês e inglês; economia social e política; literatura; religião; alemão; desenho; dança e música;

Fonte: Autora do trabalho (2020).

A educação finalmente passou a ter um protagonismo, porém sua forma de organização ainda era falha, mas foi no século XX que os primeiros passos foram dados para o seu desenvolvimento, portanto a partir daqui podemos nos aprofundar na formação do professor para atuar nas escolas brasileiras e as especificidades que o currículo trazia para a formação destes profissionais (SILVA; GASPARIN, 2009).

#### 4.2.3 Primeira República

A preocupação com a formação de professores no Brasil se deu de forma tardia, a necessidade da valorização da instrução escolar já vinha sendo citada por

Comenius desde o século XVII, a partir do século XVIII as nações pelo mundo passaram a dar mais atenção para a necessidade da formação do professor (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011).

Países como França, Itália, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos já estavam implantando as primeiras escolas normais destinadas para a formação de professores no início do século XVIII, enquanto o Brasil se organizava pelo formato das aulas Régias (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011).

Para compreender como se deu a formação de professores no Brasil, Saviani (2009), organizou por períodos cada transformação existente no decorrer dos processos formativos para os professores, e dividiu estes períodos em seis momentos:

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006). (1996-2006) (p.143-144).

O primeiro período citado por Saviani (2009), como Ensaio Intermitentes para a Formação de Professores objetivava esta formação pautada no modelo de ensino mútuo, isto quando o Brasil ainda estava sob a influência de Portugal. A dita Lei da Escola de Primeiras Letras instituída em 15 de outubro de 1827, sujeitou os professores a praticar este método, no entanto, estes deveriam aprender sozinhos, pois não existia qualquer auxílio do governo para a ajudá-los em sua aprendizagem (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011).

Tanuri (2000) afirma que durante este período houve a construção de uma escola normal que objetivou a formação de professores em nível de magistério por meio do ensino mútuo, desta forma algumas escolas eram organizadas e regidas



pelo diretor que também exercia o papel de professor, esta formação apresentava o seguinte currículo:

**Quadro 9 – Currículo da Escola Normal de Instrução Primária**

Ler E Escrever Pelo Método Lancaster
As Quatro Operações E Proporções
A Língua Nacional
Elementos de Geografia
Princípios de Moral Cristã

Fonte: Autora do trabalho (2020).

Para cursar este ensino era necessário ter 18 anos de idade, ser cidadão brasileiro, ter boa morigeração e saber ler e escrever, sendo que esta formou 14 alunos dos quais 11 se dedicaram o magistério (TANURI, 2000).

Este cenário perdurou até 1890, quando passou a ser de responsabilidade dos Estados a oferta do ensino primário em todo país, e a partir daqui, é possível compreender mais especificamente como era organizado o ensino e a formação de professores para atuar no mesmo (SAVIANI, 2005).

O ensino secundário e superior, ficou sob a responsabilidade da União, portanto, a partir do momento que a educação se tornou responsabilidade do poder público, muitas mudanças se desenvolveram na tentativa de estruturar um modelo escolar ideal para contemplar a formação social, intelectual e humana do aluno (SAVIANI, 2005).

Foi em 1890 que houve “estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da Escola Normal tendo como anexo a escola-modelo” (SAVIANI, 2009, p.144).

Segundo Saviani (2009), está se baseava em uma formação pedagógico-didática dos conteúdos, de acordo com o autor uma focava na formação referente a matéria que o professor iria lecionar, era uma formação inteiramente voltada para o domínio dos conteúdos, acreditava-se que se o professor tivesse uma boa base

teórica, o trabalho em sala de aula e o ensino aconteceria de uma forma mais organizada e completa para o aluno.

A outra linha focava na prática pedagógica, nos métodos de ensino que facilitariam a abordagem dos conteúdos para os alunos, sendo mais completa na forma do professor trabalhar com o aluno em sala de aula, os conteúdos eram importantes, mas o que se destacava era a forma com a qual estes seriam passados para os educandos (SAVIANI, 2011).

Saviani (2005), salienta que entre os períodos de destaque durante o século XX acerca da educação no Brasil, o primeiro corresponde aos anos de 1890 a 1931, este período se caracteriza pela oferta do ensino primário realizada pelos estados brasileiros, antigas províncias, e o ensino secundário e superior sob a responsabilidade da União, e para solucionar o problema relacionado a organização do ensino, foram propostas algumas reformas com o intuito de trazer soluções para a organização educacional.

**Quadro 10 – Reformas Educacionais Durante a Primeira República**

<b>REFORMA</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>
<b>Benjamin Constant</b>	(1890-1900)	Liberdade e laicidade da escola primária, o ensino era dividido em dois graus; o ensino secundário possuía a duração de sete anos e o ensino superior era politécnico, de direito, de medicina e militar.
<b>O Código Epitácio Pessoa</b>	(1901-1910)	Curso secundário reduzido para seis anos; consolidação e equiparação do Colégio Pedro II; uniformização do ensino secundário; currículo e organização didática encerrando o ciclo iniciado.
<b>A Reforma Rivadavia Corrêa</b>	(1911-1914)	Lei Orgânica do Ensino Superior; o ensino passa a ser de frequência não obrigatória; os diplomas são abolidos; criação de exames

		de admissão para as faculdades.
<b>A Reforma Carlos Maximiliano</b>	(1915-1924)	Manteve o que funcionava nas reformas anteriores, como o exame de admissão, redução do currículo; restrição de equiparação aos estabelecimentos estaduais; exames preparatórios; criação da primeira universidade brasileira.
<b>João Luiz Alves/Rocha Vaz</b>	(1925-1930)	Ensino secundário com caráter de ensino regular; preparo fundamental e geral para a vida; conclusão do 5º ano possibilitava o ingresso ao ensino superior, e no 6º ano atribuía o título de bacharel em ciências e letras.

Fonte: Autora do trabalho (2020).

A primeira delas foi a de Benjamin Constant, de 1890, que aborda que o ensino primário deveria ser gratuito e não apenas preparatório, mas “uma ponte para a ascensão ao ensino superior” (p.3), este defendia que o ensino poderia ser realizado de forma leiga e livre em todos os graus (BOMENY, 2010).

A Reforma Benjamin Constant, instituída pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, teve como particularidade a montagem de uma diretriz educacional que abrangia todos os níveis de ensino. O nível secundário foi o mais atingido, e o Ginásio Nacional – até 1889 Imperial Colégio de Pedro II, e a partir de 1911 novamente Colégio Pedro II – foi o mais afetado pelas alterações previstas pelo novo arranjo. Durante o Império, qualquer estudante que pretendesse o certificado de conclusão do ensino secundário, condição necessária ao ingresso no ensino superior, deveria requerê-lo ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (BOMENY, 2010, p.4).

O modelo estabelecido por Benjamin Constant como padrão em todo país foi o Ginásio Nacional, o aluno que concluísse esta fase deveria realizar uma prova obrigatória, esta denominada de exame de madureza, com a realização desta o aluno recebia o certificado de conclusão do ensino secundário e poderia ingressar no ensino superior (BOMENY, 2010).

Esta reforma organizou os níveis de ensino e o que cada um iria contemplar, este dividia o ensino primário em dois graus, o primeiro atendia os alunos de 7 a 13 anos de idade e o segundo atendia a faixa etária de 13 a 15 anos, já o ensino secundário se caracterizava pela duração de sete anos, e o ensino superior reestruturado com a oferta de cursos politécnicos, de direito, de medicina e militar (PALMA FILHO, 2005).

Palma Filho (2005) disserta que a reforma de Benjamin Constant foi responsável por fornecer diplomas do mesmo nível das instituições federais nas escolas superiores que fossem mantidas por instituições particulares. O autor enfatiza que dois decretos foram estabelecidos durante a reforma, sendo eles:

O decreto 1.232-G criava o Conselho de Instrução Superior com a competência para aprovar os programas de ensino das escolas federais, e das que lhes fossem equiparadas; de propor ao Governo Federal, os regulamentos para a inspeção dos estabelecimentos federais e das faculdades livres.

O decreto 1.232-H determinava novo regulamento para as faculdades de Direito existentes no país - a de São Paulo (Largo de São Francisco) e de Recife/Olinda -, ainda, permitia aos governos estaduais e aos particulares a fundação de escolas de Direito. Os diplomas expedidos por estas instituições teriam o mesmo valor daqueles expedidos pelas duas faculdades oficiais, desde que incluíssem nos currículos as mesmas disciplinas presentes nos currículos oficiais, se submetessem à inspeção periódica e seus exames fossem assistidos por representantes do Conselho Superior (CUNHA, 1986 apud PALMA FILHO, 2005, p. 2).

A reforma também contemplava um currículo para o ensino secundário, este manteve as disciplinas de Latim e Grego de uma forma secundária, Benjamin Constant enfatizou o ensino das ciências fundamentais, este possui um currículo longo e diversificado que contemplava o que seria visto em cada ano do ensino secundário, era organizado de forma (PALMA FILHO, 2005):

**Quadro 11 – Currículo do Ensino Secundário na Proposta de Benjamin Constant**

<b>GRAU</b>	<b>DISCIPLINAS</b>
1º	aritmética (estudo completo) e álgebra elementar ( estudo completo);
2º	geometria preliminar, trigonometria retilínea e geometria espacial;
3º	geometria geral e seu complemento algébrico, cálculo diferencial e integral (limitado ao conhecimento das teorias rigorosamente indispensáveis ao

	estudo da mecânica geral propriamente dita);
4º	mecânica geral;
5º	física geral e química geral;
6º	biologia;
7º	sociologia e moral, e noções de direito pátrio e de economia política.

Fonte: Autora do trabalho (2020).

Porém, esta proposta não foi bem recebida devido ao seu nível de complexidade, as suas características e exigências estavam em um nível que não era condizente com o contexto de vida da época, o país não possuía uma estrutura escolar capaz de suprir o que estava sendo proposto neste currículo, tanto pela falta de materiais, quanto pela falta de professores preparados para atender os estudos de cada disciplina. Portanto esta reforma não perdurou por muito tempo, já que despertou desinteresse dos jovens e protestos pedindo a sua revogação (PALMA FILHO, 2005).

Em 1901 surgiu uma nova proposta, o Código Epiácio Pessoa, este deu prosseguimento ao que foi proposto na primeira reforma, buscando alcançar uma uniformização para o ensino secundário, Epiácio Pessoa instituiu o Colégio Pedro II como um colégio modelo, sua organização e forma de ensino passou a servir de referência para as demais escolas existentes no Brasil (SILVA, 1969 apud PALMA FILHO, 2005).

Um outro aspecto importante desta reforma, foi a diminuição do tempo de estudos de sete para seis anos, e a proposta curricular que possuía uma “organização didática do ensino secundário, a reforma Epiácio Pessoa teve o sentido do encerramento do ciclo iniciado, logo após 1889, pela primeira reforma republicana do ensino secundário” (SILVA, 1969 apud PALMA FILHO, 2005, p.4).

O exame de madureza, proposto por Benjamin Constant permaneceu durante esta reforma com o argumento que este elevava a qualidade do ensino no país, Epiácio Pessoa organizou o ensino secundário de forma que este fosse seriado, suas mudanças não foram contra ao que foi proposto na primeira reforma, sendo feita apenas adaptações de acordo com as especificidades dos estados e municípios brasileiros (BOMENY, 2010).

Bomeny (2010), disserta que durante este período não existia a obrigatoriedade do ensino, visto que este poderia ser fornecido fora da escola, portanto esta possibilidade de estudos dentro ou fora das escolas acabou por enfraquecer as propostas desta reforma. Em decorrência veio o fracasso de dar para o ensino secundário uma característica própria, já que este persistiu sendo apenas uma preparação para o ensino superior (PALMA FILHO, 2005).

A reforma de Rivadavia Corrêa mudou o que era proposto pela reforma de Eptácio Pessoa com “Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911”, este foi responsável pela lei Orgânica do Ensino Superior, que pregava por um ensino livre sem a frequência obrigatória, a abolição dos diplomas que eram fornecidos pelas escolas secundárias e a criação de exames para o ingresso ao ensino superior (BOMENY, 2010, p. 5).

Estes deveriam ser fornecidos pelas faculdades interessadas, já que foram extintos os exames de madureza, que atestavam a formação do aluno no ensino secundário (BOMENY, 2010). Palma Filho (2005), afirma que esta reforma foi desastrosa para a educação do ensino secundário, sendo revogada no ano de 1915, por Carlos Maximiliano.

De acordo com Bomeny (2010), Carlos Maximiliano instituiu uma nova reforma que alterava o que fora proposto por Rivadavia Corrêa, esta nova proposta visava fornecer novamente os certificados de conclusão do ensino secundário, expedidos pelo colégio Pedro II, e também de outros colégios que fossem filiados a ele, passando a executar os exames de preparação para a entrada ao ensino superior.

Para Palma Filho (2005) está reforma se idealizou de uma forma muito inteligente e bem articulada, já que foi mantido o que deu certo de cada reforma citada anteriormente, está também foi responsável pela criação da primeira universidade do Rio de Janeiro, fato este mais do que importante para a história de nosso país, resultando no “agrupamento em uma única instituição da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e de uma escola livre de Direito” (PALMA FILHO, 2005, p.6).

A última reforma que trouxe mudanças para o ensino secundário foi a de Rocha Vaz, trazendo alterações para a organização educacional, os moldes

existentes passaram por uma transição significativa durante esta reforma, tendo como objetivo construir um ensino mais completo, sendo que o aluno só poderia mudar de série se este fosse aprovado na anterior (BOMENY, 2010).

Outros pontos como: a extinção de exames preparatórios feitos de forma parcelada, para que em seu lugar os alunos frequentassem o curso ginásial com duração de seis anos e de frequência obrigatória, está também foi responsável pelo surgimento da disciplina de Educação Moral e Cívica, disciplina esta que prepara o aluno para atuar perante a sociedade (BOMENY,2010).

Para Palma Filho (2005) ao citar Rocha Vaz:

[...] procurou dar ao ensino secundário um caráter de ensino regular, capaz de preencher funções mais amplas do que a mera preparação fragmentária e imediatista aos cursos superiores. Entretanto, essa é uma situação que só se consolida com as reformas empreendidas a partir de 1930, já no governo do Presidente Getúlio Vargas (p.6).

Dentre as propostas, a de que o aluno deveria cursar Filosofia no seu último ano de estudos é citada pelo autor, já que este seria fundamental para preparar o aluno para a vida, este também salienta que o aluno concluinte do 6º ano poderá receber um diploma para atuação como bacharel em Ciências e Letras (PALMA FILHO, 2005).

Este período de (1890-1930), se destacou no que se refere a propostas em favor do ensino secundário, Saviani (2005) cita que os grupos escolares começaram a surgir em São Paulo no ano de 1890, este foi crescendo e se espalhando para os outros estados, sua contribuição para a educação foi a de estruturar uma concepção pedagógica para as escolas, o modelo de divisão por classes se destacou, já que o nível de conhecimento dos alunos passou a ser divididos entre iguais.

Esta contribuição dos grupos escolares serviu apenas para a elite, já que apenas esta possuía acesso as escolas, para tanto, estes grupos construíram prédios públicos majestosos para competir com os outros monumentos existentes, como Igrejas e prefeituras. A formação destinada aos populares não era nem comentada durante este período, está só seria colocada em pauta no ano de 1920 (SAVIANI, 2005).

De acordo com Saviani (2005), Sampaio Dória em 1920 se preocupou com a alfabetização da população, e instituiu que o ensino primário em sua primeira etapa

de dois anos seria gratuito e obrigatório para todos, garantindo assim a alfabetização das crianças em idade escolar. Esta proposta novamente não foi bem aceita recebendo muitas críticas, desta forma não foi possível seguir com a mesma.

A principal característica deste período foi o surgimento das escolas normais, que seguiam um modelo pré-estabelecido se baseando em uma escola modelo que se destacava das demais, portanto a mudança do currículo foi uma consequência, já que buscou-se estabelecer uma linha pedagógico didática para a melhoria e qualidade das escolas, sendo que somente a elite pode ser contemplada com tais mudanças (SAVIANI, 2005).

### **4.3 Mudanças educacionais e o currículo da formação de professores a partir de 1930 a 1961.**

#### 4.3.1 Manifesto dos Pioneiros

Saviani (2008), discorre que em 1930 a primeira ação desenvolvida pelo governo foi a criação do ministério da Educação e Saúde Pública, sendo que no ano seguinte este ministério baixou um conjunto de sete decretos conhecidos como Reforma Francisco Campos aos quais se apresentam:

- a) Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação;
- b) Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
- c) Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;
- e) Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que estabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas;
- f) Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
- g) Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário (SAVIANI, 2008, p.195-196).

Essas medidas refletiram na criação de um novo governo que teria para si a responsabilidade da educação nacional, estabelecendo a divisão de níveis e modalidades que haveriam de ser contempladas por parte do governo central (SAVIANI, 2008).



A partir de 1932 um novo período citado por Saviani (2009) se inicia, “Organização dos Institutos de Educação” (1932-1939), no qual tiveram como protagonistas Anísio Teixeira no Distrito Federal e Fernando de Azevedo em São Paulo:

Uma nova fase se abriu com o advento dos institutos de educação, concebidos como espaços de cultivo da educação, encarada não apenas como objeto do ensino, mas também da pesquisa. Nesse âmbito, as duas principais iniciativas foram o Instituto de Educação do Distrito Federal, concebido e implantado por Anísio Teixeira em 1932 e dirigido por Lourenço Filho; e o Instituto de Educação de São Paulo, implantado em 1933 por Fernando de Azevedo. Ambos sob inspiração do ideário da Escola Nova (SAVIANI, 2009, p.145).

Anísio Teixeira alterou a nomenclatura de escolas normais para escola de professores, inclusive houveram mudanças também no currículo, este contemplava:

1) biologia educacional; 2) sociologia educacional; 3) psicologia educacional; 4) história da educação; 5) introdução ao ensino, contemplando três aspectos: a) princípios e técnicas; b) matérias de ensino abrangendo cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais; c) prática de ensino, realizada mediante observação, experimentação e participação. Como suporte ao caráter prático do processo formativo, a escola de professores contava com uma estrutura de apoio que envolvia: a) jardim de infância, escola primária e escola secundária, que funcionavam como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino; b) instituto de pesquisas educacionais; c) biblioteca central de educação; d) bibliotecas escolares; e) filmoteca; f) museus escolares; g) radiodifusão (SAVIANI, 2009, p. 145-146).

O modelo idealizado por Anísio Teixeira objetivava uma nova fase para a formação dos professores, uma escola que investisse em pesquisas passou a ser idealizada naquele momento, já que o ensino secundário assumiu o protagonismo até pouco tempo, e ainda assim não alcançou tantos resultados, já que eram poucas escolas com quantidades limitadas de alunos (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011).

Saviani (2009), enfatiza que com o novo governo e a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, o Brasil passou a dar os primeiros passos para regulamentação a serviço da educação nacional, portanto um documento importantíssimo que muito contribuiu para a evolução educacional foi o Manifesto dos Pioneiros de 1932.

O Manifesto dos Pioneiros se tornou um documento de muito valor, já que este foi o primeiro a abranger ideais para a educação do país, trazendo normas para serem seguidas, uma política sobre a organização e aplicação do ensino, tal documento idealizava a pedagogia escolanovista, este que foi construído pela colaboração de cientistas, professores e intelectuais da educação (LEMME, 2005).

A construção de tal documento se tornou ainda mais significativa devido as mudanças e revoluções que estavam ocorrendo em todo país, a liderança para a construção de tal documento partiu de Fernando de Azevedo e incluiu outros 25 profissionais, sendo alguns deles:

Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Afrânio Peixoto, Roquete-Pinto, Sampaio Dória, Almeida Júnior, Mario Casassanta, Atílio Vivaqua, Francisco Venâncio Filho, Edgar Süsskind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Cecília Meireles, entre outros (LEMME, 2005, p.172).

Algumas atribuições e metas do manifesto era a liberdade do ensino, um modelo que permitisse o respeito a particularidade de cada aluno em sua totalidade, uma educação formadora do ser e do intelecto, mas que também exigia um comportamento perante a sociedade, tal comportamento se aplicava a colaboração social do indivíduo, sendo uma forma de colaboração a força do trabalho (LEMME, 2005).

Lemme (2005), aborda que o direito a educação deveria se aplicar para todos, sendo está oferta de responsabilidade do governo, este deve se aplicar de acordo com as necessidades de cada um dentro de um conceito de igualdade e oportunidade para todos. O autor salienta que o objetivo principal de tal investimento na educação, estavam direcionados a escola pública, ao desenvolvimento desta e a necessidade de melhorias no ensino.

Outro aspecto do documento é por uma uniformização do ensino em nível nacional, tal feito incluiria um ensino leigo e igualitário para ambos os sexos, e sua obrigatoriedade deveria existir até, pelo menos, um determinado nível do ensino ou idade, para tanto a organização das escolas seria de forma descentralizada (LEMME, 2005).

Lemme (2005), também destaca que o método de ensino utilizado pelos professores, deveria ser baseado na ciência social ou psicológica, com uma construção gradativa, começando pela pré-primária, primária, secundária e superior,

cabia aos professores atuarem como uma unidade, um complementando o trabalho do outro, para realizarem seu trabalho com profissionalismo, qualidade, e possuir bons resultados no fim do processo.

Por fim o manifesto mais do que tudo tinha como finalidade o desenvolvimento educacional do país oferecendo para o povo o direito ao conhecimento podendo assim ter consciência de seu papel e de que forma pode atuar em sociedade, tendo oportunidades para uma melhoria de vida social, cultural e econômica (LEMME, 2005).

Após ser lançado uma nova política educacional que passou a existir tendo como base o Manifesto dos Pioneiros, Lemme (2005), destaca que esta nova organização possuía dez pontos principais:

**Quadro 12 – Modelo Político Educacional do Manifesto dos Pioneiros**

Nº	Novo Programa Educacional extraído do Manifesto Dos Pioneiros Da Educação Nova
1º	Estabelecimento de um sistema completo de educação, com uma estrutura orgânica, conforme as necessidades brasileiras
2º	Organização da escola secundária (de 6 anos) em tipo flexível, de nítida finalidade social, como escola para o povo, não proposta a preservar e a transmitir as culturas clássicas, mas destinada, pela sua estrutura democrática [...].
3º	Desenvolvimento da educação técnico profissional de nível secundário e superior, como base da economia nacional.
4º	Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação profissional para o estudo prático do problema da orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais.
5º	Criação de universidades de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer a tríplice função que lhes é essencial, de elaborar e criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la.
6º	Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica) destinados à manutenção e desenvolvimento da educação, em todos os graus, e constituídos, além de outras rendas e recursos especiais, de uma porcentagem das rendas arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios.
7º	Fiscalização de todas as instituições particulares de ensino, que cooperarão com o Estado na obra de educação e cultura, já como função supletiva, em qualquer dos graus de ensino, de acordo com as normas básicas estabelecidas em leis

	ordinárias, já como campos de ensaios e experimentação pedagógica.
8º	Desenvolvimento das instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância) e de todas as instituições complementares pré-escolares e pós-escolares
9º	Reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino, em todos os departamentos.
10º	Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpretação das classes sociais e a formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objeto a organização da escola unificada, desde o jardim de infância à universidade.

Fonte: Autora do trabalho (2020).

Tal documento teve grande valor, suas propostas atendiam aos preceitos democráticos na tentativa de solucionar importantes problemas acerca da educação, apresentando também um importante valor histórico para o país (LEMME, 2005).

#### 4.3.2 Escola Nova

O quarto período citado por Saviani (2009), é sobre “Organização e implantação dos cursos de pedagogia e de licenciatura e consolidação do padrão das Escolas Normais” (1939-1971), este momento histórico se resume a importância do curso de pedagogia, sendo este responsável pela formação de professores em diversas disciplinas de um currículo em nível secundário.

Tal momento recebeu forte influência de atos políticos de nosso país, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 de 1961, seguindo com a Constituição Federal de 1946, esta legislação passou a ter participação permanente a partir deste período.

De acordo com o artigo nº 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 4.024/61, o ensino Normal tem pôr finalidade a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos a educação na infância (BRASIL, 1961).

As escolas normais ainda recebiam influência dos padrões tradicionais de ensino, porém de uma maneira mais flexível, professores e alunos já dividiam o protagonismo na sala de aula, desenvolvendo a individualidade e autonomia da

criança, invertendo o papel do professor na sala de aula, já que este passou a ser um incentivador no processo de ensino do aluno (TANURI, 2000).

Desta forma Tanuri (2000), destaca que passou a existir uma divisão do ensino nas Escolas Normais, sendo que uma se caracterizava pelo ensino geral e a outra pelo profissional, tal divisão provocou mudanças nas principais instituições de ensino, “o antigo ciclo preparatório da escola normal é ampliado e equiparado ao ensino secundário federal – curso fundamental, de cinco anos –, enquanto o curso profissional, totalmente reformulado, veio a constituir a Escola de Professores” (p.73).

### Quadro 13 – Currículo Para a Formação Do Professor Primário

1º ANO	Biologia educacional, psicologia educacional, sociologia educacional, história da educação, música, desenho e educação física, recreação e jogos;
2º ANO	introdução ao ensino – princípios e técnicas, matérias de ensino (cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais, ciências naturais) e prática de ensino (observação, experimentação e participação

Fonte: Autora do trabalho (2020).

Estas estavam presentes em dois anos de curso, sendo que também foi utilizado como campo de experimentação as três últimas disciplinas que visou demonstrar a importâncias da experimentação demonstração e prática de ensino (TANURI, 2000).

Em 1939 outro passo foi dado para a organização dos estudos no país, aprovou-se como modelo de ensino a Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, esta oferecia também a Didática como metodologia de ensino, sendo que o curso contemplava o grau de bacharel para três anos de curso e licenciatura para quatro anos (SAVIANI, 2005).

Tal modelo era mais conhecido como esquema (3+1), ou seja, se o aluno realizasse três anos de curso ele receberia o diploma de bacharel em pedagogia, se optasse por realizar mais um ano de curso na matéria de Didática receberia um

diploma de licenciado em pedagogia, este modelo contribuiu muito para a formação de professores e pedagogos, mesmo com algumas alterações ela pode ser vista até os dias de hoje (SAVIANI, 2005).

O Decreto de Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946), implantou uma nova forma de organização para o curso Normal, este se dividiu em dois ciclos, o primeiro era o Ginásial secundário que possuía uma duração de quatro anos, este era voltado mais especificamente para atuar nas escolas normais regionais; o segundo ciclo era o Colegial secundário, com a duração de três anos que objetivava formar professores regentes para atuar no ensino primário (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011).

Saviani (2009), cita que o ensino colegial possibilitava ao professor o trabalho com:

[...] jardim de infância e escola primária anexos e ministrariam também cursos de especialização de professores primários para as áreas de Educação Especial, Ensino Supletivo, Desenho e Artes aplicadas, música e canto e cursos de administradores escolares para formar diretores, orientadores e inspetores escolares (p.146-147).

Desta forma, pode-se dizer que os estudos do ensino ginásial, contemplavam o conhecimento de um modo geral, que incluíam diversas disciplinas, já o colegial reforçava o que era visto no ginásio, porém este possuía os fundamentos da educação advindos das mudanças dos anos de 1930 (SAVIANI, 2009).

A partir destes dois momentos é possível observar a existência de uma contradição entre os dois ciclos, o ciclo ginásial se encarregava com os pontos cognitivos, ou seja, era o que Saviani (2009) chamava de modelo cultural-cognitivo, no qual foi o mais observado nas faculdades de pedagogia (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011).

O segundo momento, ou segundo ciclo, colegial era visto como uma preparação para a atuação do professor em sala de aula, e como ele passaria o seu conhecimento para os alunos de uma forma eficiente, este ciclo era denominado por Saviani (2009), como modelo pedagógico-didático, porém, este não foi tão aplicado durante este período (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011).

Desta forma o modelo pedagógico-didático, não conseguiu se mostrar e ser aceito como um modelo mais eficiente para a formação do professor, tendo que ser aplicado lado a lado como o modelo didático-cognitivo dos conteúdos (SAVIANI, 2009).

Entre os anos de 1930 a 1940, a tendência do movimento ruralista atingiu o ensino normal que tinha um objeto de ajustar o currículo de forma que contemplasse as particularidades do campo, reforçando a importância e valores rurais, assim como a apresentação da consciência agrícola, objetivando fornecer um instrumento que ajudasse a fixar o homem no campo (TANURI, 2000).

A ideia era de formar professores especializados para o atendimento em instituições rurais, era o chamado magistério na zona rural, desta forma a defesa era para a criação de escolas normais rurais, o nome serviu como referência para a localização do ensino, cujo o foco era nos conhecimentos de Higiene Rural e Agronomia (TANURI, 2000).

As escolas normais rurais foram acolhidas pela Lei Orgânica do Ensino Normal, a estimativa no ano de 1952 era de 121 escolas normais regionais em funcionamento no Brasil, e de 434 de escolas normais comuns (TANURI, 2000).

Tanuri (2000), afirma que tais mudanças só foram possíveis graças a influência de importantes nomes da educação, que foi o caso de Lourenço Filho, diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal, dos anos de 1932 a 1937.

A preocupação com metodologias de ensino fez com que o MEC realizasse um acordo com os Estados Unidos chamado de acordo MEC/INEP E A USAID, que resultou em um programa de Assistência Brasileira-Americana ao Ensino Elementar, este contribuiu em novas tecnologias vindas dos Estados Unidos para serem utilizadas no Brasil (TANURI, 2000).

Neste aspecto a LDB 4.024/61 não trouxe inovações para a formação de professores no Brasil, tanto na duração, quanto na divisão dos estudos, aos poucos com a mudança das leis e a aproximação do regime militar, o ensino passou por mudanças com más condições de trabalho, e a implantação de uma nova organização do ensino (TANURI, 2000).

## **5 METODOLOGIA**

### **5.1 Procedimento da Pesquisa**

Visando a obtenção de dados e resultados que possibilitem responder o problema de pesquisa, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, que possibilita uma investigação formativa por levantamento de dados através de fontes documentadas, proporcionando a construção de uma análise crítica e bem fundamentada acerca do tema proposto.

O trabalho bibliográfico para Gil (1991), depende muito de seu objetivo, para o autor é importante que o mesmo seja bem estabelecido, para facilitar as fases que compõem a pesquisa, desta forma, para a realização deste trabalho a pesquisa bibliográfica se apresenta de forma esclarecedora, encaminhando o processo de escrita de forma que os conhecimentos se entrelacem e se perpetuem pela visão de diferentes autores.

A leitura de livros, artigos, dissertações e teses possibilitam identificar a relevância do assunto no meio científico, já que é possível constatar diversas pesquisas que abordam o mesmo tema, possibilitando a coleta de dados referente ao problema proposto e seus objetivos (BARROS; LEHFELD, 2000).

O objetivo da pesquisa é investigar a história e o conceito de currículo em diferentes períodos históricos, sua forma de organização e contribuições para a formação de professores no Brasil partindo do Período Colonial até o movimento da Escola Nova.

Desta forma a pesquisa será fundamentada por livros, artigos e dissertações, assim como um estudo do currículo e suas contribuições para a educação em diferentes épocas, possibilitando investigar sua forma de organização e aplicação.

A natureza deste trabalho é qualitativa, pois não apresenta dados estatísticos para responder o problema de pesquisa (OLIVEIRA, 2001). Esta abordagem possibilita adentrar ao tema do currículo e a sua contribuição para a formação do professor no Brasil e compreender como ocorreram as mudanças desta formação, quais as variáveis do currículo para a prática, interpretando as mudanças que aconteceram ao longo dos anos e as especificidades do curso de formação de professores.



A pesquisa qualitativa para Günther (2006), se apresenta como uma forma de construção e entendimento das realidades a serem estudadas, dando enfoque na investigação das relações sociais que existem. Para Severino (2007, p.118) "quando o homem era considerado como um objeto puramente natural, seu conhecimento deixava escapar importantes aspectos relacionados com sua condição específica de sujeito; [...]"

Marconi e Lakatos (2011), dissertam que a pesquisa qualitativa se preocupa com a análise de dados mais aprofundados, desvendando a complexidade do homem e suas práticas, "[...] fazendo referência à investigação naturalista, evolução iluminativa e qualitativa, etnografia e teoria crítica, investigação-ação participativa e colaborativa" (p.270).

Portanto, entende-se que é preciso que haja uma forma de pesquisa que investigue a fundo e com qualidade as especificidades do trabalho em questão, desta forma a pesquisa bibliográfica qualitativa se adequa ao tema investigado, trazendo resultados construtivos acerca das informações coletadas (GÜNTHER, 2006).

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a história e o conceito de currículo em diferentes períodos, sua forma de organização e contribuições para a formação de professores no Brasil partindo do Período Colonial até o movimento da Escola Nova, e a partir deste objetivo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que possibilitou realizar uma investigação formativa utilizando-se de análise de dados documentados referentes ao tema proposto.

De acordo com Franca (2000), a aplicação do currículo no Brasil teve início durante o século XVI no período colonial, sendo que esta aplicação estava ligada ao *Ratio Studiorum* e ao curso de humanidades que era oferecido pelos padres jesuítas. O currículo deste curso era dividido em seis ou sete anos de estudos e apresentava uma divisão, a primeira parte eram os estudos inferiores que tinha uma duração de quatro anos e era composto pelas disciplinas de Retórica, Humanidades e Gramática, a segunda parte era denominada de estudos superiores e tinha uma duração de três anos de estudos nas disciplinas de Lógica e Introdução as Ciências, Cosmologia, Psicologia, Física, Matemática, Metafísica e Filosofia.

Outro currículo presente neste período foi o Teológico, e este se aplicava para aqueles que tinham interesse em se tornar padres, este era aplicado em quatro anos de estudos e abordava as disciplinas de Teologia Escolástica aplicada nos quatro anos de curso, Teologia Moral presente em dois anos de curso, Sagrada Escritura presente em dois anos de curso e Língua Hebraica vista em um ano de curso (SAVIANI, 2008). Essa organização de estudos se mostrou muito eficiente, e trouxe um modelo educacional bem estruturado utilizando-se de diferentes exercícios que contribuíam para a formação do aluno, sendo algumas dessas atividades a criação de teatros, discursos e premiações (FRANCA, 2000).

Posteriormente, durante o Período Pombalino é possível observar uma outra forma de organização para a educação da colônia, sendo esta atribuída as aulas Régias, sendo estas aulas isoladas que tinham como objetivo o ensino do Grego, Latim, Filosofia e Retórica, que visaram substituir o curso de Humanidades aplicado pelos jesuítas (SECO; AMARAL, 2006).

Esta nova organização trouxe grandes prejuízos para a educação do país, pois não foi possível atender toda população que antes era acolhida pelos colégios

jesuítas. A preocupação com a formação de professores neste período também ocorreu de forma tardia, já que somente no ano de 1827 houve a construção de uma escola normal de instrução primária que era baseada num modelo de ensino mútuo, voltada para a formação de professores em nível de magistério, o currículo contemplava as disciplinas de Ler e Escrever pelo Método Lancaster, As Quatro Operações e Proporções, A Língua Nacional, Elementos de Geografia e Princípios de Moral Cristã (TANURI, 2000).

A Primeira República também trouxe grandes mudanças para a educação, já que esta passou a ser de responsabilidade do poder público, a oferta da educação primária ficou sobre o encargo dos Estados, e o ensino secundário e superior sob a responsabilidade da União (SAVIANI, 2005). A partir do momento que a educação se tornou responsabilidade do poder público algumas mudanças se desenvolveram para estruturar um modelo escolar para a educação do país, e a solução veio, por meio, de reformas educacionais, a primeira foi a Benjamin Constant que vai de 1890 até 1900, em seguida temos o Código Epiácio Pessoa de 1901 a 1910, a terceira reforma é a Rivadavia Corrêa de 1911 a 1914, a quarta reforma é a Carlos Maximiliano que vai de 1915 até 1924, e a última reforma é a João Luiz Alves/Rocha Vaz que se inicia no ano de 1925 e vai até 1930 (PALMA FILHO, 2005).

A partir de 1930 é possível observar que a educação do país avança cada vez mais, um dos destaques desta década é a construção do Manifesto dos Pioneiros, este documento teve muito valor já que trouxe ideias, normas e uma política de organização para o ensino, tendo como base uma pedagogia escolanovista (LEMME, 2005).

Outro destaque deste período é o modelo de ensino da faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia com o esquema (3+1), este modelo possibilitava que o aluno realizasse três ou quatro anos de estudos, se ele optasse por estudar três anos, este receberia um diploma de bacharel em pedagogia, se optasse por mais um ano de curso na matéria de didática receberia um diploma de licenciado em pedagogia.

Com relação a formação de professores desenvolvida pelo curso Normal, este passou a ser dividido em dois ciclos, o primeiro é o Ginásial secundário que possuía uma duração de quatro anos objetivando formar professores para atuarem nas escolas normais regionais. O segundo ciclo era o Colegial secundário que tinha uma

duração de três anos e objetivava formar professores regentes para atuarem na educação primária (BORGES; AQUINO; PUENTES, 2011).

A Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946, trouxe para o país uma tendência para a educação que foi o movimento ruralista, este buscou ajustar o currículo para atender as especificidades e particularidades do campo, e visava reforçar a importância dos valores rurais (TANURI, 2000).

As mudanças presentes durante este período trouxeram como responsabilidade a eficiência do ensino e sua forma de aplicação, sempre buscando alcançar um ideal para ser seguido. Nem todos os momentos conseguiram oferecer um modelo de qualidade, mas em todos os períodos com exceção do período Pombalino, buscou-se utilizar e organizar um currículo para a aplicação desses estudos, mostrando assim a importância que este documento apresenta para a organização da escolaridade e o que deve ser ofertado por ela.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se apresenta de forma relevante nos dias de hoje, já que a questão do currículo e formação de professores vem passando por diversas mudanças ao longo dos tempos, e abranger as necessidades que instigaram tais mudanças é fundamental, para a compreensão da escolarização que conhecemos hoje.

Inicialmente o conceito de currículo se aplicou de forma a organizar o trabalho e suas fases, promovendo uma estrutura de organização de cargos na qual os indivíduos iam se aprimorando e conquistando espaço no meio profissional, desta forma esse molde organizacional era aplicado apenas em cargos políticos e judiciais.

De acordo com Alexandre Júnior (1995), um dos autores na qual foi fundamentada a pesquisa, sempre houve uma preocupação com a instrução do homem para sua convivência em sociedade, e pelas contribuições deste no meio cultural e político, desta forma, determinar os conhecimentos que deveriam ser passados para os alunos nem sempre foi uma tarefa fácil.

A necessidade de instrução para ser efetiva e de qualidade, está diretamente ligada a organização de conhecimentos, e é neste viés que o currículo assume sua importância e função social, já que este documento se mostrou de forma promissora na organização destes saberes, mas com diferentes pontos de vistas por quem os estrutura, já que em cada período um ideal de escolarização e de sua estruturação se formou de maneira diferente.

De fato, no desenvolvimento da pesquisa pode-se observar que o poder regulador do currículo é muito grande, influenciando diretamente na forma que a sociedade se organiza, este documento sempre foi utilizado se baseando em interesses de alguém, seja pela igreja, política ou capitalismo, enfim, sempre esteve sob a influência de alguma autoridade maior.

No que se refere a formação de professores no Brasil, ao meu ver, está vem avançando desde o século XVI, tentando estabelecer uma formação de qualidade para seus professores, mesmo com as diversas mudanças que esta sofreu durante século XX. As diversas reformas e educacionais e escolas modelos, nos mostra que mesmo com um ideal de educação a prática desta teoria não era conivente com os padrões da sociedade, o que dificultou a efetivação deste processo de ensino.

As diversas propostas, decretos, e leis existentes, permitiram moldar um ensino estruturado para formação de professores, porém este processo de construção educacional passa por mudanças de tempos em tempos, mudando conceitos que já estavam sendo aplicados, o que de certo modo dificulta a conclusão de um verdadeiro e permanente sistema de ensino.

Os diferentes currículos que foram aplicados para a formação de professores no Brasil, desde o Período Colonial até a Escola Nova mudaram completamente a visão de educação e a forma de aplicá-la em sala de aula, os conteúdos estudados não formavam o professor em todos os aspectos, sendo que algumas vezes estes deveriam optar pelo conhecimento da teoria ou da prática.

É claro que as mudanças são necessárias, desde que seja em prol de um bem comum, e não por interesses específicos de alguém, a organização do ensino deve ser pensada com responsabilidade, para não prejudicar as pessoas que serão impactadas por ela.

## 8 REFERÊNCIAS

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Paradigmas da Educação na Antiguidade Greco-Romana. **HVMANITAS**. Coimbra: Universidade de Coimbra. v. 47. p. 489-497, 1995. Disponível em: < [www.scholar.google.com.br](http://www.scholar.google.com.br) > Acesso em: 15/02/20.

BAMHAM, Terezinha Froés. Complexidade, Multirreferencialidade, Subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. **Em Aberto**, Brasília, n. 58, 1993. Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)> Acesso em: 28/10/19.

BARROS, Aidil Jesus da Siqueira, LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BOMENY, Helena. Reformas Educacionais. **Verbete**, 2010. Disponível em:< [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) > Acesso em: 27/11/19.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernández; PUENTES, Roberto Valdés. Formação De Professores No Brasil: História, Políticas E Perspectivas. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. 42, p. 94-112, jun, 2011. Disponível em: < [www.unicamp.br](http://www.unicamp.br) > Acesso em: 28/11/19.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 8.530**, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Brasília, 1946. Disponível em: < [www.histedbr.fe.unicamp.br](http://www.histedbr.fe.unicamp.br) > Acesso em: 20/03/19.

BRASIL. **Lei 4.024/61**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1961. Disponível em: < [www.histedbr.fe.unicamp.br](http://www.histedbr.fe.unicamp.br) > Acesso em: 20/03/19.

COSTA, Ricardo da. A Educação na Idade Média. A busca da Sabedoria como caminho para a Felicidade: Al-Farab e Ramon Llull (séculos X-XIII). **Dimensões: Revista de História da Ufes**, Vitória, v.15, 2003. Disponível em: < [www.academia.edu](http://www.academia.edu) > Acesso em: 21/02/20.

FORMIGONI, Beatriz de Moraes Salles. Da Idade Média A Idade Moderna: Um Panorama Geral Da História Social E Da Educação Da Criança. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara-SP, v. 6, p. 137-150, 2010. Disponível em: < [www.unesp.br](http://www.unesp.br) > Acesso em: 05/11/19.

FRANCA, Leonel. O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”: Introdução e Tradução. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 2000. Disponível em: < [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > Acesso em: 06/11/19.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOODSON, Ivor E. **A construção Social do Currículo**. Porto: Porto Editora, 1997. Disponível em: < [www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br) > Acesso em: 05/11/2019.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Está é a Questão. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p.201-210, Mai/Ago, 2006. Disponível em: < [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > Acesso em: 05/06/19.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **REVISTA. Brasileira. Estudos. Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan/abr, 2005. Disponível em: < [www.inep.gov](http://www.inep.gov) > Acesso em: 18/12/19.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 465-476, set/dez, 2006. Disponível em: < [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > Acesso em: 07/11/19.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, Conhecimento e Cultura. In: ARROYO, Miguel G. et al Indagações Sobre O Currículo Do Ensino Fundamental. **Salto Para o Futuro**, 2007. Disponível em: < [www.cdnbi.tvescola.org.br](http://www.cdnbi.tvescola.org.br) > Acesso em: 14/02/20.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979. Disponível em: < [www.scholar.google.com.br](http://www.scholar.google.com.br) > Acesso em: 05/11/19.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratando de metodologia Científica: Projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. São Paulo: Pioneira, 2001.

OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. CURRÍCULO: um instrumento educacional, social e cultural. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 8, n. 24, p. 535-548, maio/ago, 2008. Disponível em: < [www.redalyc.org](http://www.redalyc.org) > Acesso em: 24/02/2020.

PALMA-FILHO, João Cardoso. A República e a Educação no Brasil (1889-1930). In: PALMA FILHO, J. **Pedagogia cidadã: Cadernos de Formação – História da Educação**, 3. ed, São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora, p. 49-60, 2005. Disponível em: < [www.scholar.google.com.br](http://www.scholar.google.com.br) > Acesso em: 28/11/19.

SACRISTÀN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÀN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. Disponível em: < [www.scholar.google.com.br](http://www.scholar.google.com.br) > Acesso em: 08/09/19.

SAVIANI, Dermeval. A Política Educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil V. III- Séc XX**. Petrópoles, RJ: Vozes, p. 29-38, 2005. Disponível em: < [www.scholar.google.com.br](http://www.scholar.google.com.br) > Acesso em: 03/01/20.



SAVIANI, Dermeval. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. **Póiesis Pedagógica**, v.9, n.1, p.07-19, jan/jun, 2011. Disponível em: < [www.ufg.br](http://www.ufg.br) > Acesso em: 02/04/19.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, v.14, n.40, p.143-155, jan/abr, 2009. Disponível em: < [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > Acesso em: 02/04/19.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Nereide. CURRÍCULO – Um Grande Desafio Para O Professor. **Revista de Educação**, São Paulo, nº 16, p. 35-38, 2003. Disponível em: < [www.academia.edu](http://www.academia.edu) > Acesso em: 28/10/19.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. Marquês De Pombal e a Reforma Educacional Brasileira. **HISTEDBR: Navegando na história da educação brasileira**, São Paulo, 2006. Disponível em: < [www.academia.edu](http://www.academia.edu) > Acesso em: 06/11/19.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Aparecida. História Do Currículo E Currículo Como Construção Histórico-Cultural. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, Uberlândia, p. 4820-4828, 2006. Disponível em: < [www.udesc.br](http://www.udesc.br) > Acesso em: 14/02/2020.

SILVA, Maria Cristina Amaral da Silva; GASPARIN, João Luiz. A Segunda Revolução Industrial e Suas Influências Sobre A Educação Escolar Brasileira. **Navegando pela história da educação brasileira - 20 anos de Histedbr**, Campinas: HISTEDBR, 2009. Disponível em: < [www.digitaloceanspaces.com](http://www.digitaloceanspaces.com) > Acesso em: 21/11/19.

SOUSA, Maria Jesus. Currículo como Vida. In: M. A. Paraíso, R. A. Vilela & S. R. Sales (Org.). **Desafios contemporâneos sobre currículo e escola básica**. Curitiba: Editora SRV, p.13-24, 2012. Disponível em:< [www.ucdb.br](http://www.ucdb.br) > Acesso em: 24/02/20.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação Educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campos de Araraquara, nº 51, p. 9-28, novembro, 2000. Disponível em: < [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > Acesso em: 21/11/19.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.14, p.61-193, mai/jun/jul/ago, 2000. Disponível em: < [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > 26/03/19.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva; MONTAGNOLI, Gilmar Alves; COSTA, Célio Juvenal. Algumas Considerações Sobre O Ratio Studiorum E A Organização Da Educação Nos Colégios Jesuíticos. In: **IX Simpósio Internacional Processos Civilizações**. Anais, Londrina, p. 1-10, 2012. Disponível em: < [www.uel.br](http://www.uel.br) > Acesso em: 06/11/19.